

SIMULADO SEMESTRAL 2022.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 7 de dezembro de 2022 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 8 de dezembro, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 8 de dezembro de 2022.
9. O dia 12 de dezembro de 2022, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br. Para o envio do recurso utilize formulário próprio, disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1. Na oração: “decidiu fazer um projeto que tivesse uma função social, a de encontrar animais perdidos”, a palavra ‘que’, quando substituída por ‘cujo, cujos, cujas ou cuja’, fica adequadamente empregada, sem alteração de sentido, na opção:

- a) “decidiu fazer um projeto cuja função social fosse de encontrar animais perdidos”;
- b) “decidiu fazer um projeto cujo função social era a de encontrar animais perdidos”;
- c) “decidiu fazer um projeto com cuja função social era a de encontrar animais perdidos”;
- d) “decidiu fazer um projeto com cujo a função social era a de encontrar animais perdidos”;
- e) “decidiu fazer um projeto cujos animais perdidos seriam encontrados”.

2. “A metodologia far-se-á com análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos acerca do instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.”

Reorganizando este texto, a fim de obter uma produção que, ao leitor, fosse mais clara quanto ao procedimento, a opção que melhor atendesse a esse objetivo seria:

- a) A metodologia far-se-á com análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- b) A metodologia se fará a partir de análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- c) A metodologia contemplará a análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas e estudos acerca do instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- d) A metodologia será de análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas, estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- e) A metodologia será composta de análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas, estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.

3. Quanto à regência nos períodos que seguem, está (ão) CORRETA (s) a (s) alternativa (s).

I. “Segundo Arnaldo Rizzardo, a Autonomia da Vontade exagerada leva a ocorrência de inúmeros conflitos sociais”.

II. “Não obstante, Francesco Messineo inclui dois campos importantíssimos a liberdade de contratar [...]”.

III. “No Brasil, o Código Civil de 2002, passou a se subordinar à função social do contrato [...]”.

- a) Estão corretas as opções I e II.
- b) Estão corretas as opções I e III.
- c) Está correta a opção I.
- d) Está correta a opção III.
- e) Está correta a opção II.

ESMESC



4.

O bom humor da tirinha decorre do emprego do verbo tomar que ganha um outro significado. O mesmo não ocorre com o verbo em:

- a) “A cada nova pessoa que toma conhecimento da imputação falsa (inclusive a vítima), há nova produção do resultado lesivo da honra”.
- b) “Ora, o sujeito que atua tomado de ira o faz vinculado estreitamente ao compromisso da produção do resultado calunioso [...]”.
- c) “A consumação do crime de calúnia ocorre quando outras pessoas tomam conhecimento da imputação.”
- d) “Quando este estiver tomado pela loucura, bem como acerca da injustiça de se dizer a verdade a quem não está em condições psíquicas de ouvi-la.”
- e) “O ex-alto responsável das forças croatas da Bósnia morreu em um hospital de Haia depois de ter tomado veneno na sala de audiência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) em Haia”.

5. Em: “onde está a equidade em arrebatrar de alguém o que se passou de pai para filho depois de muitos anos, ou mesmo séculos, para dar a outro que nada possuía?” O verbo possuir foi empregado:

I - adequadamente, uma vez que remete à ideia de posse.

II - equivocadamente, uma vez que não se tem a ideia de posse.

III - acertadamente, uma vez que apenas com ideia de posse deve ser empregado.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II está correta.
- e) Apenas II e III estão corretas.

6. Em: “Por isso, na dogmática jurídica coloca-se sempre com destaque a figura do legislador[...]”. O pronome oblíquo está empregado de forma inadequada. De acordo com a norma culta, a construção adequada seria:

I. Por isso, na dogmática jurídica, se coloca sempre com destaque a figura do legislador.

II. Por isso, na dogmática jurídica se coloca sempre com destaque a figura do legislador.

III. Por isso, na dogmática jurídica, coloca-se sempre com destaque a figura do legislador.

- a) Alternativas I e II.
- b) Alternativas I e III.
- c) Alternativa III.
- d) Alternativa II.
- e) Alternativas II e III.

7. Em: “[...] inclusive observando que o acusado ainda havia esquecido os candelabros que lhe cabiam.” O pronome *lhe* retoma um termo dito anteriormente, ele deve ser empregado quando o verbo tem regência indireta, ou seja, precisa do emprego da preposição. Na oração em análise, o ‘*lhe*’ está:

- a) regendo o verbo *caber* e retomando o termo *candelabros*, por isso, deveria estar no plural.
- b) regendo o verbo *caber* e retomando o termo *acusado*, por isso, o emprego está adequado à regência do verbo.
- c) regendo o verbo *observar* e retomando o termo *acusado*, por isso, o termo está no singular.
- d) regendo o verbo *esquecer* e retomando o termo *candelabros*, por isso, o termo deveria estar no plural.
- e) regendo o verbo *caber* e retomando o termo *candelabros*, por isso, o emprego está adequado à regência do verbo.

8. Na construção textual: “[...] seguem algumas diretrizes que visam contribuir com o modo pelo qual se realiza a pesquisa jurídica no Brasil”, tem-se o emprego adequado do verbo *visar*, isso igualmente OCORRE em:

- a) “apresenta caráter supletivo (*praeter legem*) e visa a colmatar lacuna”.
- b) “visando a redução dos custos de transação envolvidos”.
- c) “Quando considerada organizada, profissional e visando geração e distribuição de riquezas [...]”.
- d) “sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo”.
- e) “[...] de um produto ou serviço, que visa a suprir as necessidades de um consumidor final”.

9. Os advérbios intensificam o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio. Quanto ao emprego do advérbio, todas as alternativas estão adequadas, EXCETO:

- a) “[...] é o direito da produção, circulação e distribuição de riqueza, muito embora, por razões históricas e doutrinárias [...]”.
- b) “[...] O Direito Comercial, no curso da sua evolução histórica, continuamente amplia o seu campo de aplicação [...]”.
- c) “[...] vegetais inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados[...].”
- d) “[...] regularia inteiramente, a matéria de que trata a Lei nº 13.288/2016.”
- e) “[...] andou bem e acertadamente o constituinte ao dispor sobre a competência fomentadora do Estado [...]”.

10. Quanto ao emprego do verbo *implicar*, está CORRETO em:

- a) “[...] tem capacidade para tanto, deverá enfrentar a necessária transformação a qual, antes de ser econômica e tecnológica, implica em mudança dos padrões de produção.”
- b) “[...] implicando numa visão nova e promissora para o produtor rural.”
- c) “[...] implica na conscientização e assimilação sobre a necessidade de mudança, além de conhecimento da legislação para gerenciar o negócio.”
- d) “[...] qualquer alteração na viagem implicará em alteração nos custos do fretador.”
- e) “[...] esta demora implicará uma consequência pecuniária[...].”

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a responsabilidade do Presidente da República assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete à União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.
- b) Após a admissão da acusação contra o Presidente da República pelo Congresso Nacional, mediante manifestação favorável de dois terços de seus membros, será o mesmo submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns.
- c) Caberá ao Presidente do Congresso Nacional presidir o julgamento do crime de responsabilidade.
- d) Nos crimes de responsabilidade, a condenação do Presidente da República limitar-se-á a perda do cargo e a inelegibilidade por oito anos.

e) Ao praticar um crime comum sem qualquer relação com a função, o Presidente será responsabilizado em primeiro grau na vigência do mandato.

2. Sobre as competências dos entes federados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete à União legislar, exclusivamente, sobre registros públicos.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar de forma concorrente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- c) Compete aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação,
- d) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, podendo, a tal pretexto, limitar mais de um estabelecimento comercial de mesma natureza num determinado logradouro.
- e) Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, de forma exclusiva, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

3. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é o meio adequado para fazer o controle de constitucionalidade de lei estadual posterior à CF de 1988.
- b) A Ação Direta de Inconstitucionalidade questiona leis ou atos normativos federais ou estaduais, incluindo-se os atos criados anteriormente à Constituição Federal de 1988.
- c) A ADPF é cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei municipal anterior à CF de 1988.
- d) A decisão de inconstitucionalidade veiculada na via da Ação Direta de Inconstitucionalidade é dotada de efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, salvo Tribunais Superiores, e à Administração Pública direta, indireta, federal, estadual, distrital e/ou municipal.
- e) Não se admite cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

4. Sobre o instituto das Medidas Provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Medidas Provisórias não podem versar sobre direito eleitoral, salvo se presentes os pressupostos de relevância e urgência.
- b) Sob pena de ofender a separação de poderes, ao Poder Judiciário é defeso interferir na avaliação presidencial acerca dos pressupostos formais da Medida Provisória.
- c) Caso rejeitadas pelo Congresso Nacional, as Medidas Provisórias perdem a eficácia e o Presidente da República fica impedido de reeditá-las na mesma legislatura.
- d) O prazo das Medidas Provisórias é de sessenta dias prorrogáveis por mais sessenta dias, sendo automática essa prorrogação.
- e) Em razão do princípio da segurança jurídica, não podem as Medidas Provisórias instituir ou aumentar impostos.

5. Assinale a alternativa que indica uma competência originária do Supremo Tribunal Federal:

- a) Processar e julgar originariamente os membros dos Tribunais Superiores nos crimes comuns e de responsabilidade.
- b) Processar e julgar originariamente os Habeas Data manejados em face de ato coator praticado por Ministros de Estados.
- c) As ações populares em face do Presidente da República.
- d) O Mandado de Injunção quando a competência para a edição da norma seja órgão, entidade ou autoridade federal.
- e) Proceder à homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

6. Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- c) São vedadas, no direito brasileiro, associações que tenham caráter paramilitar.

d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

e) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

7. Sobre o processo legislativo assinale a alternativa CORRETA:

a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

b) São de iniciativa privativa do Procurador Geral da República as leis que fixem organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

d) O veto será apreciado em sessão separada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores.

e) No processo legislativo a casa iniciadora, ao analisar as emendas formuladas pela casa revisora, poderá fazer novas emendas ao projeto de lei.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

a) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

b) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em função do princípio da legalidade.

c) CPIs não podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão da cláusula de reserva de jurisdição.

d) Para criação de uma CPI é necessário 1/3 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.

e) AS CPIs não estão vinculadas, em suas deliberações, a respeitar o princípio da colegialidade.

9. O Congresso Nacional deseja atuar no sentido de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (art. 49, V da CF/88). Para atuar corretamente sobre esta matéria deve o Congresso, dentre as espécies normativas previstas no processo legislativo(art. 59 CF/88), elaborar:

a) uma resolução, pois este veículo normativo visa regular as matérias na qual a atuação do Congresso venha a produzir efeitos internos e que dispensam a manifestação do presidente da república.

b) uma lei ordinária, pois a matéria está inserida dentre as competências legislativas da união, devendo o congresso nacional atuar e submeter a matéria a sanção ou veto do presidente da república.

c) um decreto autônomo, em razão da possibilidade de revogar atos revogar atos que exorbitem do poder regulamentar

d) um decreto legislativo, pois esta espécie normativa visa regular as matérias do Congresso Nacional, prevista no art. 49 da CF/88, que produzam efeitos externos.

e) uma lei complementar, pois em razão da natureza da atuação deve ser editado um ato normativo especial, que tenha um quórum qualificado em seu procedimento de aprovação.

10. É legitimado a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional e Ação Direta de Inconstitucionalidade:

a) Procurador geral da república.

b) Presidente da República.

c) Mesa da Câmara dos Deputados.

d) Mesa do Senado Federal.

e) Partido Político com representação no Congresso Nacional.

1. Acerca do conflito de leis no tempo, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe:

- a) **Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.**
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule ainda que parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogada perdido a vigência.

2. Ausente é aquele que desaparece de seu domicílio sem deixar notícias, nem designa representante ou procurador para lhe administrar os bens. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicial, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- b) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando quatro, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- c) **A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.**
- d) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o Ministério Público, para lhes evitar a ruína.
- e) Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor, um terço de sua parte nos frutos e rendimentos.

3. Sobre as nulidades dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data da conclusão do ato.
- b) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico.
- c) **Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.**
- d) O erro de cálculo autoriza a retificação da declaração de vontade ou a declaração de nulidade.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.

4. Sobre o Direito das Obrigações e dos Contratos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do Código Civil e que deve ser observado pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, apenas a violação do dever principal constitui espécie de inadimplemento, objetivo e independentemente de dolo.

O princípio da boa-fé objetiva importa no reconhecimento de um direito a cumprir mesmo em favor do titular passivo da obrigação.

Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

- b) O princípio da boa-fé objetiva impede a exigência ao credor de evitar o agravamento do próprio prejuízo. São manifestações de atendimento à boa-fé objetiva os institutos da *supressio*, do *venire contra factum proprium* e da resolução contratual.

- c) A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando apenas a tutela externa do crédito, não a interna, e permitindo, em caso de violação, o reconhecimento da inexistência ou da invalidade do contrato ou de cláusulas contratuais.

Quanto à tutela processual das obrigações de dar coisa, após o trânsito em julgado de sentença de procedência do pedido, poderá o credor postular o prosseguimento do feito mediante a expedição de mandado de busca e apreensão do bem imóvel.

d) O adimplemento substancial decorre dos princípios gerais contratuais, de modo a fazer preponderar a função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva, balizando a aplicação do art. 475 e impedindo a possibilidade de resolução contratual, dando azo, porém, à cobrança do crédito.

O titular de um direito subjetivo terá autorização para exigir o cumprimento da prestação, a execução da obrigação, para ceder o crédito, onerosa ou gratuitamente, aceitar coisa diversa e perdoar a dívida, no todo ou em parte, entre outros.

e) Em atenção ao princípio da conservação, o art. 478 do Código Civil de 2002 deverá conduzir à rescisão do ajuste, por descumprimento, sempre que possível. São expressões sinônimas e substitutivas, como formas de rompimento contratual, a resolução, a rescisão e a resilição.

Nas obrigações *ob rem*, por serem pessoais, o abandono da coisa por parte do devedor não o libera da dívida, em decorrência do *jus perseguendi* ou direito de sequência.

5. Sobre a Teoria Geral das Obrigações e a Responsabilidade Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) A indenização pela perda de uma chance, instituto trazido do Direito Francês, impõe a comprovação da ocorrência do dano final, com a demonstração da certeza da chance perdida, que é, em última análise, o objeto da reparação.

No caso de ato ilícito que gere morte do chefe de família, aos familiares dependentes será devido, pelo causador, ressarcimento por danos extrapatrimoniais e materiais, entre os quais incluem-se o luto da família e alimentos indenizatórios, neste caso limitados à expectativa de vida do de cujus e que permitem, em caso de mora/inadimplemento pelo lesante, a prisão civil, conforme a exceção prevista na CF/88, que atende ao Pacto de San Jose da Costa Rica.

b) São inalienáveis os órgãos do corpo humano e os direitos da personalidade.

São conceitos intrinsecamente vinculados e imprescindíveis para a configuração da responsabilidade extracontratual o fato gerador, o dano e o nexo; por isso, descabe cogitar da possibilidade de responsabilidade civil sem ilícito ou sem dano.

Segundo a melhor doutrina civil-constitucionalista, as omissões do Estado na prática de serviços públicos essenciais geram, como exceção à regra geral do artigo 37, §6º, da CF/88, responsabilidade civil do Estado subjetiva, devendo para tanto ser provado o *non facere* público.

c) A responsabilidade civil do Estado, por ato culposo praticado por agente público, em serviço, é subjetiva, diversamente do ato doloso, no qual é prevista a objetiva, face a adoção da teoria do risco administrativo pela CF/88.

A obrigação de reparação do dano causado pelo então de cujus ao lesado é personalíssima, não se transmitindo com a herança.

O cirurgião médico estético e o centro hospitalar, de caráter público ou privado, no qual atua, respondem subjetivamente por erro, seja no diagnóstico, seja no tratamento, senão pelos danos patrimoniais, morais e estéticos, mas ao menos pela perda de uma chance de cura, conforme as regras do CC e da Lei nº 8.078/90.

d) O cumprimento de obrigação em dinheiro deve ser feito em real (R\$), pelo seu valor nominal, sendo proibidos pagamentos vinculados a ouro, moeda estrangeira ou outra unidade monetária, como regra.

Havendo concorrência de agentes na causação de resultado, o prejuízo poderá ser reparado à vítima, integralmente, mesmo pelo que agiu com menor grau de culpa, pois, em regra, há solidariedade passiva entre os autores e co-autores do dano.

Uma vez inviável a reparação mediante a prestação *in natura*, incidirá o princípio do *restitutio in integrum*, com temperamentos, entre eles a culpa concorrente da vítima.

e) A evolução do estudo da responsabilidade civil ensejou a discussão de novas hipóteses de danos indenizáveis, entre elas as decorrentes da violação do direito ao esquecimento, direito reconhecido em 2021 pelo STF, de violações no ambiente da internet - *stalking*, *bullying*,..., e o *punitive damage*, já consagrado no Direito Brasileiro.

A renúncia à solidariedade em favor de determinado devedor afasta a hipótese de seu chamamento ao processo.

Como exceções à isenção de responsabilidade civil, nos casos de fortuito e força maior, citam-se a cláusula de assunção de responsabilidade, o devedor em mora, no caso de impossibilidade da prestação durante o período de atraso, salvo se provar isenção de culpa ou que o dano ocorreria mesmo com a obrigação cumprida, e o fortuito externo, aquele inerente à atividade.

6. Airton recebeu o sítio de seu patrão Bernardes, a fim de trabalhar como caseiro. Neste caso:

- a) Airton é mero detentor do sítio.
- b) Airton, mesmo sem ter a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre o mesmo.
- c) Airton, caso tenha em seu íntimo a vontade de ser dono do sítio, dispõe de posse sobre o mesmo.
- d) Airton passa ser neste caso possuidor direto, enquanto Bernardes conserva a posse indireta.
- e) Airton não é possuidor, exercendo apenas atos de mera permissão sobre o sítio.

7. Aníbal comprou “por recibo” a casa ocupada por Baduíno, ocupação essa que teve origem na seguinte situação: Baduíno, em plena luz do dia, sem esconder seus atos, e sem violência, foi até a casa de praia de Carlos e tomou para si o imóvel, de maneira unilateral, na frente de toda a vizinhança, pois trocou as chaves da fechadura da porta e passou a utilizar publicamente por 3 anos o bem, até vende-lo para Aníbal. O comprador, ao adquirir de Baduíno, o imóvel, passou a melhorá-lo, para tanto efetuando a troca da forração, que estava comprometida; construindo mais um quarto, mais um banheiro e a garagem, além da pintura, que a casa não dispunha. Permaneceu no bem por 2 anos, quando foi citado na ação de manutenção de posse, ajuizada por Carlos. Diante da situação, é INCORRETO afirmar que:

- a) A posse adquirida por Baduíno não foi violenta, nem clandestina e nem precária. Mesmo assim, pode e deve ser considerada injusta, no caso.
- b) A ação proposta foi inadequada, porém ainda assim o juiz deveria prosseguir com o feito sem qualquer ordem de correção.
- c) Apesar do tempo transcorrido, é possível o ajuizamento de ação possessória.
- d) O réu não deve ser indenizado por todas as benfeitorias realizadas no imóvel, nem tampouco terá direito de retenção sobre a coisa.
- e) É descabida a ação, por ter sido proposta contra terceiro adquirente, o qual não foi responsável pelo esbulho.

8. Conforme a disciplina jurídica do casamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É nulo o casamento realizado entre afins em linha reta, exceto se houve óbito de um dos cônjuges do matrimônio que originou o parentesco.
- b) O procedimento judicial do divórcio caberá somente aos cônjuges e, no caso de incapacidade, serão representados por curador, ascendente ou irmão.
- c) No regime de separação absoluta de bens, para a validade da fiança e do aval prestados por um dos cônjuges, faz-se indispensável a autorização do outro.
- d) O casamento putativo caracteriza-se pelo conhecimento de impedimento matrimonial anterior à sua celebração, por qualquer um dos cônjuges.
- e) O consorte casado pelo regime da separação absoluta de bens perderá o direito ao regime de bens que escolheu no pacto antenupcial, se declarado culpado pela dissolução da sociedade conjugal.

9. De acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A separação de fato, ainda que devidamente comprovada, não cria, por si, incomunicabilidade de bens ou patrimônio.
- b) Na guarda compartilhada, não é possível a alternância de residências, tendo em vista que o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos pais.
- c) O abandono afetivo de filho, em regra, não gera dano moral indenizável, podendo, em hipóteses excepcionais, se comprovada a ocorrência de ilícito civil que ultrapasse o mero dissabor, ser reconhecida a existência do dever de indenizar.
- d) Não é possível, em acordo de divórcio ou de dissolução de união estável, constar cláusula de renúncia aos alimentos entre cônjuges e companheiros, respectivamente.
- e) A separação de fato apenas põe fim aos deveres de fidelidade e coabitação oriundos do casamento.

10. Sobre o regime jurídico dos testamentos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O testamento particular deverá ser confirmado em juízo, desde que existam quatro testemunhas que atestem terem acompanhado a leitura do documento.

- b) No caso de o pai deserdar o único filho e não tiver ascendentes vivos ou cônjuge, poderá dispor, em testamento, de todos os seus bens.
- c) É possível a qualquer pessoa realizar testamento com 16 anos de idade, desde que devidamente assistido por seu representante legal.
- d) É possível a renúncia de herança em parte e sob condição, desde que realizado em testamento.
- e) O testamento público pode ser realizado em língua portuguesa ou estrangeira, mediante duas testemunhas que atestem posteriormente ao juiz que as disposições correspondem à vontade do “de cujus”.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. José trabalha na empresa KOM, com sede em Blumenau. No local do trabalho e durante o intervalo do almoço, ainda no refeitório, o chefe de José o abordou e, na frente de outros colegas, passou a lhe chamar de “sem vergonha”, “pilantra”, “safado”, de forma repetida, afirmando, ainda, que era péssimo funcionário, alegando que José teria adulterado alguns documentos da empresa. José se sentiu ofendido e constrangido e, por isso, pretende responsabilizar a empresa pelo ato praticado pelo seu preposto, propondo ação de indenização por dano moral, distribuída à 6ª Vara Cível da Comarca de Blumenau.

A partir deste caso, examine as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao despachar a inicial, o juiz deverá reconhecer a competência da Justiça do Trabalho e suscitar o conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Ao despachar a inicial, o juiz deverá reconhecer a competência da Justiça do Trabalho e determinar a remessa do processo à Vara do Trabalho de Blumenau.
- c) O juiz deverá aguardar eventual alegação da empresa ré para reconhecer a competência da Justiça do Trabalho.
- d) A incompetência da Justiça Comum deverá ser alegada como questão preliminar de contestação, sob pena de prorrogação da competência.
- e) Por se tratar de ação de indenização por dano moral, a competência neste caso é relativa.

2. Fulano foi parte de um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) junto ao órgão público perante o qual trabalha na função administrativa, como concursado. A sua participação no processo se deu mediante a representação e acompanhamento de um advogado, com todas as movimentações submetidas ao contraditório. Nesse processo, porém, Fulano confessou, em depoimento, ter praticado o crime de peculato. A administração pública propôs ação judicial de repetição do indébito, junto ao juízo competente.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta no tocante à prova emprestada.

- a) Fulano já estará condenado junto ao juízo cível, automaticamente, caso tenha sido condenado no PAD.
- b) A confissão realizada junto ao PAD poderá ser trazida ao processo judicial como prova emprestada, mas, no processo de destino, deverá ser submetida ao contraditório.
- c) A prova emprestada não será admitida ao caso, pois é restrita a processos judiciais, tanto na origem como no destino.
- d) A confissão realizada junto ao PAD poderá ser trazida ao processo judicial como prova emprestada, devendo, no processo de destino, ser dispensado o contraditório.
- e) No caso em tela, a confissão produzida no PAD deverá ser trazida ao processo judicial como prova simples, e não na qualidade de prova emprestada.

3. Sobre a petição inicial e o pedido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O autor da ação pode alterar o pedido inicial até o saneamento do processo, desde que com consentimento do réu;
- b) Tendo a ação por objeto a revisão de obrigação decorrente de financiamento, o autor deverá discriminar na inicial, entre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito, sob pena de inépcia da inicial.
- c) É possível a cumulação de pedidos em um único processo, contra o mesmo réu, ainda que sem conexão, desde que os pedidos sejam compatíveis entre si, seja competente para deles conhecer o mesmo juízo e seja adequado a todos os pedidos o tipo de procedimento.

d) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

e) A sentença que indefere a petição inicial não está sujeita a efeito regressivo e o recurso contra ela interposto deve imediatamente ascender ao Tribunal.

4. Sobre os requisitos formais das execuções, assinale a alternativa CORRETA:

a) A inicial executiva não admite nenhuma prova além do título executivo.

b) A obrigação de pagar quantia, consubstanciada em título executivo judicial, poderá ser ilíquida sempre que o magistrado determinar que o valor seja apurado em liquidação de sentença.

c) A obrigação de fazer, consubstanciada em título executivo judicial, deverá ser autoexecutável, ou será inexequível.

d) Se a sentença contiver uma parte líquida e outra ilíquida, caberá ao credor primeiro proceder a liquidação da parte ilíquida para, somente então, preceder à execução completa do título.

e) O boleto bancário, por não se tratar de título executivo, jamais poderá ser levado a execução judicial.

5. Fulano é arrematante de um imóvel em leilão judicial. O executado, proprietário do imóvel, é pessoa idosa, interditada judicialmente e representada por seu curador. A arrematação ocorreu por valor correspondente a 75% do valor de avaliação.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA.

a) A arrematação será nula, por não ter atingido o mínimo de 80% do valor de avaliação.

b) A arrematação será válida e irretratável após a lavratura da carta de arrematação.

c) A arrematação será válida, pois a lei considera preço vil apenas aquele inferior a 50% do valor de avaliação.

d) Para que essa arrematação seja válida, deverá contar com a anuência de todos os herdeiros necessários do executado.

e) A avaliação será nula por se tratar de executado incapaz.

6. Os recursos não impedem a eficácia da decisão judicial, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. Pergunta-se: Em que condições o relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial?

Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) O relator poderá suspender a eficácia da decisão judicial quando dela decorrer o dano reparável.

b) Quando o relator constatar que a decisão proferida é teratológica.

c) Quando ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

d) Quando estiver presente dano grave impossível de ser reparado.

e) O relator poderá suspender a eficácia da decisão recorrida, se da imediata produção dos seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

7. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A renúncia ao direito de recorrer depende de anuência da parte contrária.

b) O recurso adesivo será conhecido, ainda que a parte recorrente dele tenha desistido.

c) Considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer.

d) A parte não pode desistir do recurso interposto, sem a anuência da outra parte.

e) Todo e qualquer despacho, é suscetível de interposição de recurso.

8. O Código de Processo Civil de 2015 promoveu alterações substanciais na temática relativa aos recursos. A respeito de tais modificações, assinale a alternativa CORRETA:

a) Como forma de racionalizar a atuação do STJ e do STF, o CPC/15 restringiu as hipóteses de cabimento do recurso especial e do recurso extraordinário, cujos juízos de admissibilidade, a partir de então, deverão ser realizados exclusivamente pelos tribunais superiores;

b) O CPC/15 extinguiu a figura dos embargos infringentes, substituindo-os pela técnica do julgamento ampliado/estendido. Segundo o STJ, essa técnica se aplica nos casos de julgamento não unânime da apelação, sendo dispensada a reforma da sentença;

c) Ao julgar o tema 988, o STJ compreendeu que o rol disposto no artigo 1.015 do CPC é meramente exemplificativo, admitindo a interposição de agravo de instrumento em qualquer situação, independentemente da demonstração de urgência;

- d) Segundo o STJ, a previsão agora do prequestionamento ficto previsto no artigo 1.025 do CPC acabou por revogar a súmula 211 do tribunal, segundo a qual é “inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo”;
- e) As decisões interlocutórias que não comportarem agravo de instrumento poderão ser recorridas após a publicação da sentença, mediante a interposição de apelação, a qual deverá ser distribuída por dependência àquela interposta contra a sentença.

9. Acerca das ações possessórias, previstas nos artigos 554 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de: I - condenação em perdas e danos; II - indenização dos frutos.
- b) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- c) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado em caso de turbacão.
- d) Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.
- e) O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbacão ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito. Trata-se do chamado INTERDITO PROIBITÓRIO.

10. Acerca das ações de família, previstas nos artigos 693 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) As normas do capítulo correspondente às ações de família aplicam-se aos processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação.
- b) Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.
- c) Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação.
- d) A citação do réu ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência de mediação e conciliação.
- e) Em todas as ações de família intervirá o Ministério Público, que deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

DIREITO PENAL

1. Identifique a assertiva CORRETA:

- a) “A” sofreu um grave acidente automobilístico e se encontra na UTI de um hospital respirando com ajuda de aparelhos. Em que pese o funcionamento respiratório e circulatório sanguíneo, a equipe médica já diagnosticara o fim de sua atividade cerebral. “B”, sua irmã, sabendo da situação clínica de “A”, e buscando abreviar o sofrimento do irmão, desliga os aparelhos, cessando assim, todas as atividades que ainda restavam. Neste caso, “B” praticou homicídio privilegiado, tendo em vista incidir a circunstância do relevante valor moral.
- b) Luiz cometeu um crime e, em sua defesa, alegou embriaguez. Após as investigações e perícias cabíveis, o juízo acabou por reconhecer a hipótese de exclusão de sua imputabilidade. Nessa situação hipotética, a exclusão da imputabilidade deveu-se ao fato de se tratar de uma embriaguez preordenada.
- c) Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como erro de tipo.

- d) João, movido por motivo torpe, procurou Pedro, uma criança de nove anos de idade, e o agrediu a socos, pontapés e pedradas, causando-lhe ferimentos graves. No mesmo contexto, vendo que Pedro continuava vivo, desferiu-lhe um tiro na cabeça, ocasionando-lhe a morte. João responderá por lesão corporal seguida de morte.
- e) Uma mulher, supondo estar grávida, ingere substância abortiva apta a expelir o feto, quando, na realidade, não existe gravidez. Neste caso, deverá ela responder pelo crime de auto-aborto na modalidade tentada.

2. No que se refere aos crimes contra a pessoa, considere:

I - Ocorre o feminicídio quando o homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, como quando o crime envolve a violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher.

II - João, pretendendo matar seu pai, Paulo, desfere disparos de arma de fogo contra este, enquanto Paulo conversava com seu vizinho Pedro. Entretanto, por erro na execução, João acaba apenas por atingir e matar Pedro. Neste caso, João responderá pelo crime de homicídio doloso, com a incidência da agravante genérica de pena (por ter praticado o crime contra ascendente).

III - "A" induz B" ao suicídio. Após a indução, "A" presta auxílio material, disponibilizando o veneno para que "B" tire a própria vida. "B", sem coragem para tanto, solicita ajuda de "A" no sentido de que este lhe ministre o veneno, o que é feito. Diante disso, como o comportamento de "A" não é acessório, deverá ele responder pelo crime de homicídio, neste caso, qualificado em razão do uso de veneno.

IV - Em relação ao homicídio, é correto dizer que a premeditação constitui circunstância qualificadora.

V - É possível o homicídio qualificado-privilegiado desde que a qualificadora tenha natureza objetiva, já que todas as causas de privilégio são de natureza subjetiva.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Nenhuma assertiva está correta.
- c) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- d) **Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.**
- e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

3. Considere as assertivas seguintes:

I – O crime de rixa, previsto no art. 137 do Código Penal, é doloso e plurissubjetivo e de condutas contrapostas.

II – Excepcionalmente, há possibilidade de responsabilização de crimes contra a honra na modalidade culposa, mas desde que o agente pratique uma das condutas previstas no tipo por negligência, imprudência ou imperícia.

III – Caracteriza-se crime preterdoloso ou preterintencional caso o agente cause um resultado mais grave que o desejado, em virtude da inobservância do cuidado objetivo necessário, inclusive na modalidade tentada.

IV – O agente que tenha desistido voluntariamente de prosseguir na execução ou, mesmo depois de tê-la esgotado, atue no sentido de evitar a produção do resultado, não poderá ser beneficiado com os institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz caso o resultado venha a ocorrer.

V – O sujeito ativo do crime de omissão de socorro pode ser qualquer pessoa, não sendo necessário que haja precedente dever jurídico de assistência ou guarda em relação ao sujeito passivo.

- a) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- e) **Somente as assertivas I, IV e V estão corretas.**

4. A respeito do concurso de pessoas em Direito Penal:

I – Conforme a Teoria do Domínio do Fato preconizada por Claus Roxin, na hipótese do homicídio mercenário, é considerado autor o executor do crime, bem como mandante (pessoa que contrata um pistoleiro para matar alguém).

II - A teoria do domínio do fato se limita oferecer critérios para diferenciação do autor e do partícipe, não se propondo a fixar parâmetros sobre a existência de responsabilidade penal.

III - O domínio do fato é uma teoria dualista que se distingue da teoria objetivo-formal (conceito restritivo de autoria) porque indica também como autor aquele que não realiza diretamente o núcleo do tipo penal.

IV - Conforme a Teoria Subjetiva da Autoria, na hipótese do homicídio mercenário, é considerado autor o mandante (pessoa que contrata um pistoleiro para matar alguém).

V - No concurso de pessoas, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Assim, se “A”, reincidente, pratica um crime de roubo com “B”, que é primário, apenas para “A” incidirá a agravante da reincidência em caso de condenação de ambos.

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.**
- c) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as assertivas II e V estão corretas.

5. Na situação de roubo, se ocorrer homicídio e subtração consumados, há latrocínio consumado e, se ocorrer homicídio e subtração tentados, há latrocínio tentado. Nessas hipóteses, o entendimento é pacífico. Entretanto, no caso de homicídio consumado e subtração tentada, há diversas correntes doutrinárias. Para o Supremo Tribunal Federal, nessa última hipótese, há:

- a) Latrocínio consumado.**
- b) Tentativa de latrocínio.
- c) Somente homicídio qualificado.
- d) Homicídio consumado em concurso formal com tentativa de furto.
- e) Homicídio consumado em concurso formal com tentativa de roubo.

6. A respeito dos crimes contra a dignidade sexual, é CORRETO afirmar que:

I – A contemplação lasciva não configura ato libidinoso constitutivo dos tipos previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, uma vez que a consumação dos referidos delitos exige sempre o contato físico entre ofensor e vítima.

II – O delito de assédio sexual pode ser reconhecido na relação entre professor e aluno.

III – O estado de sono, que diminua a capacidade da vítima de oferecer resistência, caracteriza a vulnerabilidade prevista no art. 217-A, §1º, do Código Penal.

IV – Atualmente, os crimes contra a liberdade sexual se processam mediante ação penal pública privada.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.**
- d) Os itens III e IV estão corretos.
- e) Somente o item III está correto.

7. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes em licitações e contratos administrativos a pena de multa não poderá ser superior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.**
- b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.
- c) A conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal caracteriza o delito de prevaricação.
- d) A conduta de dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente caracteriza o crime de denúncia caluniosa.
- e) No crime de favorecimento pessoal, se quem presta o auxílio ao autor do delito é o ascendente do criminoso, ficará isento de pena.

8. Assinale a alternativa CORRETA em relação aos crimes previstos na legislação especial:

- a) De acordo com o STJ, entregar a direção de veículo automotor a pessoa cujo direito de dirigir esteja suspenso é crime de perigo concreto, sendo necessária a devida comprovação do risco ao bem jurídico tutelado.
- b) O homicídio simples, em nenhuma hipótese, integra o rol de crimes hediondos.
- c) A apreensão de ínfima quantidade de munição, desacompanhada de arma de fogo implica, por si só, a atipicidade da conduta.

d) Nos crimes contra o meio ambiente, o baixo grau de escolaridade do agente criminoso é previsto como atenuante da pena.

e) O delito de furto, ainda que realizado com a utilização de explosivos, não é considerado crime hediondo.

9. Acerca da Lei Maria da Penha e sua aplicação jurisprudencial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no art. 5º da Lei n. 11.340/2006, não se exige a coabitação entre autor e vítima.

b) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

c) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

d) A Lei Maria da Penha se aplica igualmente às mulheres transexuais vítimas de violência doméstica ou familiar.

e) O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o delito de desobediência, disposto no art. 330 do Código Penal.

10. A respeito dos delitos previstos na Lei n. 11.343/2006, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O crime de tráfico de drogas é sempre equiparado a hediondo, ainda que em sua forma privilegiada.

b) A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas só pode ser aplicada se todos os requisitos, cumulativamente, estiverem presentes.

c) O princípio da insignificância não se aplica ao delito de tráfico de drogas, pouco importando a quantidade de entorpecente apreendido, haja vista que o bem protegido é a saúde pública.

d) É causa de aumento de pena, referente ao delito de tráfico de drogas, se a conduta envolver ou visar a atingir criança ou adolescente.

e) Dentre o rol de penalidades previstas para o delito de posse de drogas para consumo pessoal estão a advertência sobre os efeitos das drogas e a medida de comparecimento à programa ou curso educativo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Tendo em consideração os princípios que regem o processo penal, aponte dentre as assertivas abaixo a que não apresenta qualquer ERRONIA:

a) No momento da sentença, o magistrado deve ter plena convicção, com base nas provas juntadas aos autos, de que o réu é culpado, porquanto havendo dúvida a respeito deve obrigatoriamente absolvê-lo.

b) Sendo evidente a inocência do indiciado ou diante da presença patente de excludente de ilicitude, poderá a autoridade policial arquivar o inquérito instaurado.

c) Em face do princípio da presunção de inocência, é impossível impor qualquer espécie de prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

d) Pode a autoridade policial determinar a condução coercitiva de indiciado a fim de que este participe da reconstituição do delito.

e) As garantias do contraditório e da ampla defesa aplicam-se ao inquérito policial, desde que nesta fase tenha o indiciado constituído defensor.

2. José fora denunciado pelo delito de bigamia. Todavia, estando em curso ação cível cujo objeto é a validade e possível anulação do seu primeiro casamento, percebe-se a existência de questão prejudicial a ser solucionada antes do encerramento da ação penal. Neste caso, é possível AFIRMAR:

a) Apresenta o caso hipótese de questão prejudicial heterogênea e facultativa, sendo cabível apenas a suspensão do processo por até um ano.

b) Cuida-se de questão prejudicial heterogênea e obrigatória, devendo ser suspenso o processo criminal e o prazo prescricional.

c) É caso de questão prejudicial homogênea e obrigatória, devendo ser suspenso o processo e o curso da prescrição.

d) Evidente a questão prejudicial homogênea e facultativa, podendo o juiz suspender o processo por até um ano.

e) Trata-se de questão prejudicial heterogênea e facultativa, não sendo suspenso o processo.

3. Considerando as regras processuais relativas aos sujeitos do processo, indique dentre as assertivas abaixo a que apresenta ERRONIA:

- a) O órgão jurisdicional, para atuar, deve possuir jurisdição e competência, posto serem estas as qualidades que legitimam o exercício de suas funções, tanto de forma geral como também específica no caso a ser apreciado.
- b) O Ministério Público é o órgão estatal que atua no processo penal em regra como titular da ação penal pública, mas, em determinadas situações, como fiscal da aplicação hígida da lei (órgão fiscalizador).
- c) A presença do defensor do réu é imprescindível, independentemente de o acusado estar presente ou mesmo seja revel.
- d) **Contra a decisão que indefere o ingresso do assistente da acusação na ação penal, a lei processual penal prevê o recurso em sentido estrito.**
- e) Há casos em que a legislação processual penal exige que a procuração outorgada ao advogado possua poderes especiais, como para aceitar perdão, oferecer queixa e opor exceção de suspeição.

4. Ultimada uma investigação criminal de ação penal pública incondicionada em caso de delito grave previsto no Código Penal, o inquérito foi remetido ao Juízo competente e, em seguida, ao Ministério Público que, entendendo não haver elementos mínimos a apontar a autoria, requereu seu arquivamento, o que fora acatado pelo Juízo. Inconformada com a decisão, a vítima, por seu advogado constituído, ofereceu ação penal privada subsidiária da pública. Em relação a esta situação é CORRETO afirmar:

- a) O juiz poderá receber a denúncia se ainda estiver no prazo para oferecimento da ação penal privada subsidiária da pública.
- b) **O juiz poderá rejeitar a ação penal privada subsidiária da pública, pois neste caso o Ministério Público não se manteve inerte.**
- c) A vítima, neste caso, não possui legitimidade para propor a ação privada meramente por ser ação penal pública incondicionada.
- d) Seria caso de interposição de recurso em sentido estrito, e não de oferecimento de ação penal privada.
- e) Mesmo que houvesse novas provas, não poderia posteriormente ser ajuizada nova ação em face da coisa julgada decorrente do arquivamento do inquérito.

5. Observe as seguintes proposições e, após, indique qual das assertivas deve ser tida como correta:

I. Na prisão preventiva calcada na garantia da ordem pública, é possível a sua decretação de ofício somente no curso da ação penal, mas não na fase inquisitorial. II. Qualquer do povo pode prender quem esteja em flagrante delito, o que se denomina de flagrante facultativo.

III. A prisão domiciliar, como substitutiva da prisão preventiva, é cabível à gestante apenas a partir do sexto mês de gestação.

IV. A prisão domiciliar, substituindo a prisão preventiva, é aplicável ao agente maior de 80 anos de idade.

V. A fiança é prevista como medida cautelar diversa da prisão.

As proposições CORRETAS são, apenas:

- a) I, III e V.
- b) I, IV e V.
- c) **II, IV e V.**
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

6. Ao proferir sentença, o juiz:

- a) **pode condenar o acusado nos crimes de ação pública, ainda que o Ministério Público tenha requerido a absolvição.**
- b) deverá converter o julgamento em diligência caso remanesça dúvida fundada sobre a existência de causa excludente da ilicitude.
- c) não está obrigado a se manifestar sobre a necessidade de revogação, manutenção ou decretação da prisão preventiva.
- d) fixará valor mínimo de reparação do dano, independentemente de pedido.
- e) não poderá reconhecer agravantes não alegadas pelo Ministério Público no curso da ação penal pública.

7. Sobre recursos e ações autônomas de impugnação, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o CPP e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A decisão de rejeição da denúncia ou queixa, em regra, é impugnável por apelação.
- b) Cabe mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- c) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- d) O princípio da fungibilidade recursal não se aplica ao processo penal, por ausência de previsão legal.
- e) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundada em motivos exclusivamente pessoais ao recorrente, aproveitará aos demais.

8. Sobre nulidades, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o CPP e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A nulidade da citação jamais pode ser sanada, dada a essencialidade do ato ao regular andamento do processo.
- b) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, mesmo nos casos de recurso de ofício.
- c) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- d) É nula, por cerceamento de defesa, a decisão pela qual o juiz não aceita o rol de testemunhas apresentado após a resposta à acusação.
- e) Mesmo no processo penal não se admite a nulidade de algibeira.

9. Sobre procedimentos, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o CPP e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento ordinário.
- c) No procedimento comum ordinário cada parte pode arrolar até 5 (cinco) testemunhas.
- d) No procedimento para apuração de crimes funcionais é desnecessária a resposta preliminar de que trata o art. 514 do CPP, quando a ação penal estiver instruída por inquérito policial.
- e) As alegações finais, em regra, devem ser oferecidas por escrito (memoriais).

10. Assinale a alternativa CORRETA, acerca dos prazos no processo penal:

- a) Assim como no processo civil, são contados em dias úteis.
- b) Na sua contagem, computa-se o dia de início e exclui-se o do final.
- c) Contam-se da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- d) Tem sua fluência suspensa caso formulado pedido de reconsideração.
- e) É de 8 (oito) dias o prazo para interpor apelação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
- b) A ação de indenização por desapropriação indireta não tem caráter obrigacional ou pessoal, mas natureza real, visto que os prejuízos decorrem da perda do domínio imobiliário por ato ilegal do poder público.
- c) É cabível a retrocessão quando o poder público não dê ao imóvel a utilização prevista no ato expropriatório ou quando lhe dê destinação pública diversa daquela nele mencionada.
- d) Com a declaração de utilidade pública, o poder público poderá ingressar no bem objeto da desapropriação com a finalidade de efetuar verificações e medições.
- e) O procedimento expropriatório é dividido em fase declaratória e fase executória.

2. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O princípio da legalidade pode ser afastado ante o princípio da supremacia do interesse público, especialmente nas hipóteses de exercício de poder de polícia.
- b) O princípio da razoabilidade impõe à administração pública a adequação entre meios e fins, não permitindo a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- c) Os princípios constitucionais da administração pública não são aplicáveis às sociedades de economia mista, visto que essas sociedades são regidas pelo regime de direito privado.
- d) O ato discricionário não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário.
- e) Os atos administrativos classificam-se, quando a formação da vontade administrativa, em atos simples, compostos e complexos, constituindo a aposentadoria de servidor público exemplo de ato administrativo composto.

3. Assinale a alternativa CORRETA.

Sobre a responsabilidade civil do Estado:

- a) Em se tratando de conduta omissiva, a responsabilidade é objetiva.
- b) Como regra, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco integral, exigindo a presença do nexo de causalidade e admitindo causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- c) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte passiva legitimada para a ação o autor do ato, com a finalidade de assegurar o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- e) Em nenhuma hipótese o Estado responderá por atos judiciais ou legislativos que causem danos.

4. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) a reversão.
- b) a readaptação.
- c) a reintegração.
- d) a recondução.
- e) a transferência.

5. Na matéria licitações e aplicando a Lei 14.133/21, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O princípio da vinculação ao edital obriga somente à Administração, que deve ficar adstrita às regras previamente existentes.
- b) A definição da modalidade licitatória ainda deverá observar sempre o valor estimado para contratação, sendo a concorrência a de maior valor e a tomada de preços a de valor médio.
- c) As modalidades de licitações são as seguintes: concorrência, pregão, convite, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- d) O princípio da segregação de funções visa a que um mesmo agente de contratação não conduza todo o procedimento licitatório, o que pode gerar fraudes.
- e) a modalidade diálogo competitivo é usada quando a Administração já sabe o que quer fazer e como.

6. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
- b) A ação de indenização por desapropriação indireta não tem caráter obrigacional ou pessoal, mas natureza real, visto que os prejuízos decorrem da perda do domínio imobiliário por ato ilegal do poder público.
- c) É cabível a retrocessão quando o poder público não dê ao imóvel a utilização prevista no ato expropriatório ou quando lhe dê destinação pública diversa daquela nele mencionada.
- d) Com a declaração de utilidade pública, o poder público poderá ingressar no bem objeto da desapropriação com a finalidade de efetuar verificações e medições.
- e) O procedimento expropriatório é dividido em fase declaratória e fase executória.

7. Assinale a alternativa INCORRETA.

Sobre os atos de improbidade administrativa e a respectiva ação:

- a) aplicam-se os princípios do direito administrativo sancionador.
- b) é dado ao Ministério Público celebrar acordo de não persecução civil.
- c) as sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de vinte anos.
- d) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente está sujeito apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário admitem a modalidade culposa.

8. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Uma das características do contrato administrativo reside em sua imutabilidade.
- b) A presença da Administração Pública como contratante caracteriza o contrato administrativo que, em consequência, será regido pelo direito público.
- c) Os contratos administrativos são dotados de cláusulas exorbitantes.
- d) A nulidade de contratos administrativos somente poderá ser declarada por órgão jurisdicional.
- e) Denomina-se fato do príncipe toda ação ou omissão da Administração, relacionada com o contrato, que impeça ou retarde a sua execução.

9. Assinale a alternativa CORRETA. Sobre o processo administrativo e sua regulamentação pela Lei nº 9.784/1999:

- a) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- b) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- c) Não têm legitimidade para interpor recurso administrativo aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- d) Em regra, o recurso administrativo tem efeito suspensivo.
- e) O órgão competente para decidir o recurso poderá apenas confirmar ou modificar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, não podendo determinar sua anulação ou revogação.

10. É exemplo da desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de:

- a) uma agência reguladora.
- b) uma empresa pública.
- c) uma fundação pública.
- d) um ministério.
- e) uma organização social.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Assinale qual dos impostos abaixo elencados NÃO possui finalidade extrafiscal:

- a) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- b) Imposto de Importação – II.
- c) Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.
- d) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.
- e) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

2. Qual dos elementos abaixo NÃO faz parte do conceito de tributo:

- a) **Progressividade.**
- b) Instituição por lei.
- c) Compulsoriedade.
- d) Prestação pecuniária.
- e) Não constituir sanção de ato ilícito.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da anterioridade não se aplica ao empréstimo compulsório no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- b) O Brasil revogou, com a Emenda Constitucional n. 116/2022, o princípio da anterioridade nonagesimal em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- c) **Somente a União pode instituir empréstimos compulsórios, mediante lei complementar.**
- d) O princípio do não-confisco aplica-se somente em relação aos tributos, não às multas a eles relacionadas.
- e) São permitidas as isenções heterônomas, isto é, pode a União instituir isenção de tributos de competência dos Estados.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) De conformidade com o CTN, a capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- b) A isenção configura hipótese de suspensão do crédito tributário.
- c) A concessão de liminar em mandado de segurança é causa de extinção do crédito tributário.
- d) A remição configura causa extintiva do crédito tributário.
- e) **A anistia configura hipótese de exclusão do crédito tributário.**

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares, pois isto contraria o princípio do tratamento geográfico uniforme.
- b) **Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.**
- c) A anistia abrange as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede mas pode, por equidade, ser aplicada também a fatos cometidos posteriormente à entrada em vigor da referida lei.
- d) Conforme o contido na Carta Política, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, sob pena de ferimento ao princípio da capacidade contributiva.
- e) O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS não incidirá, em regra, sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, exceto se se tratar de bens supérfluos, em razão do princípio da seletividade.

6. Em relação aos princípios constitucionais tributários e à previsão expressa do texto constitucional, assinale a correta:

- a) É vedado à União cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado.
- b) É vedado à União instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- c) **É vedado à União instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.**
- d) É vedado à União estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive por cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- e) É vedado à União instituir imposto sobre entidades sindicais patronais.

7. Assinale a hipótese em que a cobrança de taxa é constitucional:

- a) Taxa de Licença de Estabelecimento com base no número de empregados.
- b) Taxa de Limpeza Pública.
- c) Taxa de Incêndio.

d) Taxa de Registro de Contratos perante o DETRAN.

e) Taxa de Iluminação Pública.

8. Malha Vestuário LTDA é uma pequena sociedade empresária que explora comércio varejista de roupas e possui estabelecimento em Blumenau/SC (nome fantasia: Lojas Malha). Para tanto, atua como revendedora da grande sociedade distribuidora de tecidos HT S.A, que é sua substituta tributária do ICMS.

Em razão da proximidade das festas de fim de ano, as Lojas Malha excepcionalmente resolveram adotar queima geral de estoque e forneceram desconto de 30% em todas as peças da loja, sem necessidade de qualquer condição especial, durante duas semanas.

Considere esta situação hipotética e marque a alternativa CORRETA:

a) Não poderá haver pedido de restituição do ICMS já recolhido baseado nos descontos dados pela loja.

b) Em virtude dos descontos, HT S.A poderá pleitear restituição do ICMS pago a maior, independentemente de autorização.

c) Em virtude dos descontos, HT S.A poderá pleitear restituição do ICMS pago a maior, desde que com autorização de Malha Vestuário LTDA.

d) Em virtude dos descontos, Malha Vestuário LTDA. poderá pleitear restituição do ICMS pago a maior, desde que com autorização de HT S.A.

e) Em virtude dos descontos, Malha Vestuário LTDA. poderá pleitear restituição do ICMS pago a maior, independentemente de autorização.

9. Sobre os entendimentos sumulados em Direito Tributário:

a) A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.

b) A taxa de juros de mora incidente na repetição de indébito de tributos estaduais deve corresponder à utilizada para cobrança do tributo pago em atraso, sendo legítima a incidência da taxa Selic, em ambas as hipóteses, independentemente de previsão em lei local, vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

c) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária sujeita-se ao princípio da anterioridade.

d) A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

e) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN.

10. A sociedade Macunaíma Comércio de Eletrônicos Ltda. é composta por quatro sócios: Adriano, João, Fernando e Claudia, os quais possuem cotas iguais de 25%, e administrada apenas por Adriano.

Após anos de crescimento e sucesso econômico, a sociedade, em virtude da pandemia de Covid-19, não mais conseguiu arcar com seus débitos fiscais de IPTU e ISS.

Com o insucesso na seara administrativa, o Município de João Campos, local onde sediada a sociedade, ajuizou execução fiscal para cobrança dos débitos pendentes.

Em tentativa de citação, certificou o oficial de justiça que a sociedade não mais funcionava no local onde está cadastrada, e que vizinhos afirmaram ter havido mudança nos dois meses anteriores. Ninguém soube dar notícia do paradeiro da pessoa jurídica.

A pesquisa nos sistemas auxiliares de justiça retornou apenas o mesmo endereço já diligenciado.

O Município de João Campos, então, requereu redirecionamento da execução para os quatro sócios.

Com base nesta situação hipotética:

a) É possível o redirecionamento da execução fiscal para todos os sócios, desde que instaurado incidente de descon sideração da personalidade jurídica, a ser autuado em apenso.

b) É possível o redirecionamento da execução fiscal apenas para Adriano, desde que instaurado incidente de descon sideração da personalidade jurídica, a ser autuado em apenso.

c) É possível o redirecionamento da execução fiscal para todos os sócios, independentemente de incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

- d) É possível o redirecionamento da execução fiscal apenas para Adriano, independentemente de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) Não é possível o redirecionamento da execução fiscal.

DIREITO EMPRESARIAL

1. A Lei 10.406/02 (Código Civil) trata do direito societário e ressalta os tipos de sociedades simples e empresárias. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade em conta de participação, modalidade de sociedade não personificada, a falência do sócio participante acarreta dissolução da sociedade e liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- b) Na sociedade cooperativa, modalidade de sociedade simples, deve sempre ter capital social e a responsabilidade dos sócios é ilimitada.
- c) Na sociedade simples, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- d) Na sociedade em nome coletivo, a administração da sociedade compete aos sócios e não sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.
- e) Na sociedade em comandita simples, tanto os sócios comanditados quanto os sócios comanditários podem praticar qualquer ato de gestão, e ter o nome na firma social.

2. De acordo com a Lei n. 10.406/02 (Código Civil) e suas alterações, que trata do Direito de Empresa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O empresário casado não pode, independentemente do regime de casamento, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- b) A sociedade adquire personalidade jurídica com as devidas assinaturas dos atos constitutivos pelos sócios.
- c) As pessoas relativamente incapazes e as absolutamente incapazes não podem ser sócios e administradores das sociedades, nem mesmo através de representação legal.
- d) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- e) O sócio incapaz não está impedido de exercer a administração da sociedade.

3. A Lei n.6.404/76 e suas alterações disciplinam as sociedades por ações, (sociedade anônima ou companhia). Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuições em dinheiro, qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro ou com prestação de serviços.
- b) Nas sociedades anônimas de capital aberto ou fechado, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente.
- c) A diretoria da sociedade anônima será composta por dois ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral.
- d) O conselho de administração e o conselho fiscal são, respectivamente, órgão deliberativo e de fiscalização obrigatórios em todas as modalidades de sociedades anônimas.
- e) As ações ordinárias e as ações preferenciais, que constituem o capital social da sociedade anônima, conferem aos seus detentores acionistas o direito de voto nas deliberações da assembleia geral.

4. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da falência da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, que tratam sobre o processo falimentar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No processo falimentar, o juízo universal é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as causas trabalhistas, fiscais.

b) Na falência, os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, prevalecem aos créditos derivados da legislação trabalhista, acidentes de trabalho e os créditos gravados com direito real de garantia.

c) Será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados quaisquer que seja o valor desses títulos.

d) Durante a realização do ativo, qualquer que seja a modalidade adotada pela massa falida, esta ficará obrigada a apresentar certidões negativas da sociedade falida.

e) No processo falimentar, é vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.

5. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, prevê a recuperação extrajudicial como forma de superar a situação da crise econômico-financeira da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) O plano de recuperação extrajudicial poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas, bem como, conceder tratamento desfavorável aos credores que a ele não estejam sujeitos.

b) A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo judicial, nos termos do CPC.

c) O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará suspensão dos direitos, ações ou execuções, bem como a impossibilidade de pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.

d) Após a distribuição do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, os credores poderão desistir da adesão ao plano, independente da anuência expressa dos demais signatários.

e) O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial, mesmo que esteja pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos.

6. A Lei n.10.406/2002, bem como a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, tratam da reorganização societária como forma de ajustar a composição de uma sociedade e alterar ou adaptar a sua atuação na sociedade. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Pela incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. As sociedades incorporadas são declaradas extintas e resulta uma nova personalidade jurídica.

b) A fusão é operação pela qual se unem duas ou mais sociedades e que resulta a extinção das sociedades que se unem em prol de um objetivo comum entre as sociedades, possibilitando, entretanto, a continuidade da personalidade jurídica de uma das sociedades.

c) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas ou a totalidade do seu patrimônio para uma ou mais sociedades. Esta transferência pode ser total ou parcial e em ambas as situações a sociedade cindida se extingue.

d) No caso de transformação a sociedade transformada assume um novo tipo societário, sem que ocorra a dissolução da sociedade transformada, que obedecerá aos preceitos regulares da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.

e) A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas da sociedade transformada, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente não terá o direito de retirar-se da sociedade.

7. A Lei n. 10.406/02 (Código Civil) trata do Direito de Empresa e disciplina o empresário o direito societários e prevê, dentre as sociedades, a Sociedade Limitada. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na sociedade limitada, sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual.

b) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas, sócias da sociedade, designadas no contrato social ou em ato separado e a administração atribuída no contrato a todos os sócios se entende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

ESMESC

c) As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for 10 (dez).

d) A sociedade limitada rege-se, nas omissões, independentemente de previsão contratual, pelas normas da sociedade anônima.

e) Na sociedade limitada, que pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

8. De acordo com Lei n. 7.357/85, que trata sobre o cheque assinalado, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa INCORRETA:

a) O aval no cheque deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente do cheque.

b) O cheque não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.

c) A morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.

d) O cheque é emitido contra banco ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque e prescreve em 6 (seis) meses, contados a partir da sua apresentação, o direito de o portador do cheque promover a sua execução.

e) O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não escrita qualquer condição a que seja subordinado.

9. De acordo com legislação que trata sobre os títulos de crédito, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

a) A nota promissória é uma promessa de pagamento em que se não indique a época do pagamento será considerada nula.

b) O sacado que paga uma letra de câmbio pode exigir que ela lhe seja entregue com a respectiva quitação e o portador da letra de câmbio pode recusar qualquer pagamento parcial do título.

c) A duplicata mercantil origina-se de uma fatura decorrente de compra e venda mercantil ou prestação de serviços e cujo protesto pode ocorrer por falta de aceite, de devolução ou de pagamento.

d) O cheque é uma ordem de pagamento à vista e quando emitido com cláusula “não a ordem” não poderá ser transferido a terceiros.

e) No pagamento da duplicata não poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta de outros motivos assemelhados.

10. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, disciplina a ordem de pagamento aos credores no processo falimentar. Dentre as afirmativas abaixo, assinale alternativa CORRETA:

a) Os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhistas que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor são classificados como credores quirografários.

b) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado prevalecem aos demais créditos na ordem da classificação de créditos no processo falimentar.

c) As remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares e os créditos referentes as quantias fornecidas à massa falida pelos credores, são considerados créditos extraconcursais e serão pagos após o pagamento dos créditos concursais.

d) Os créditos decorrentes das despesas com a arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência são considerados créditos concursais.

e) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação de créditos.